



## **IMOBILIÁRIA CONSTRUTORA GRÃO-PARÁ, S.A.**

### **- ESTATUTOS -**

#### **Artigo Primeiro**

**Um** - A sociedade adopta a denominação de Imobiliária Construtora Grão-Pará, S.A. e tem a sua sede social no Edifício Espaço Chiado, Rua da Misericórdia, 12 a 20, Escritório 19 - 5.º andar, 1200-273 Lisboa, freguesia do Sacramento.

**Dois** - O Conselho de Administração pode a todo tempo mudar a sede social para qualquer outro local, no território metropolitano português.

**Três** - O Conselho de Administração pode, também, com parecer favorável do Conselho Fiscal, estabelecer sucursais, agendas, filiais, ou quaisquer outras formas de representação social, onde e como lhe pareça mais conveniente, contando que seja em território português.

#### **Artigo Segundo**

A duração da sociedade é por tempo indeterminado, contando-se, para todos os efeitos, o seu inicio a partir da data da sua constituição.

#### **Artigo Terceiro**

A sociedade tem por objecto a construção em geral, quer pública, quer particular, a compra de prédios para a revenda e ainda qualquer outra actividade que lhe convenha e que a Assembleia Geral delibere.

#### **Artigo Quarto**

O capital social, integralmente subscrito e realizado é de DOZE MILHÕES E QUINHENTOS MIL EUROS, representado por dois milhões e quinhentas mil acções, com o valor nominal de cinco Euro cada uma.



### **Artigo Quinto**

As acções serão nominativas ou ao portador, podendo haver títulos de uma, cinco, dez, cinquenta, cem e quinhentas acções.

**§ único** — A conversão deve ser requerida ao Conselho de Administração, ficando as despesas correspondentes a cargo do accionista interessado.

### **Artigo Sexto**

A sociedade, com o parecer favorável da Assembleia Geral e nos casos permitidos pela lei, poderá adquirir acções próprias e fazer sobre elas as operações que entender convenientes.

### **Artigo Sétimo**

Por deliberação dos accionistas e observados os demais condicionalismos legais, a sociedade poderá emitir obrigações, para subscrição pública, destinadas, designadamente, a realização de operações de saneamento financeiro que se mostrem necessárias, nos termos do número um do artigo trezentos e quarenta e oito do Código das Sociedades Comerciais.

### **Artigo Oitavo**

A administração da sociedade será exercida por um Conselho de Administração, composto de três ou cinco membros eleitos em Assembleia Geral.

### **Artigo Nono**

**Um** - Os administradores elegerão de entre si um presidente e distribuirão os serviços do Conselho como entenderem mais conveniente.

**Dois** - As deliberações do Conselho serão tomadas por maioria de votos dos membros presentes, tendo o Presidente, ou quem o substitua nas suas ausências e impedimentos, voto de qualidade.





**Três** - O Conselho de Administração reunir-se-á sempre que o Presidente o entenda conveniente ou que a sua convocação seja àquele solicitada por qualquer dos seus membros ou pelo Conselho Fiscal.

**Quatro** - Caso um administrador falte, durante um exercício social, a mais de três reuniões, seguidas ou interpoladas, do Conselho de Administração, sem justificação aceite por este órgão social, pode o mesmo declarar a falta definitiva do administrador em causa, havendo lugar à respectiva substituição nos termos da lei.

### **Artigo Décimo**

**Um** - Ao Conselho de Administração são atribuídos os mais amplos poderes de gestão dos negócios sociais, competindo-lhe, designadamente, representar a sociedade em juízo ou fora dele, activa ou passivamente e deliberar sobre quaisquer assuntos da sua administração, nos termos do artigo quatrocentos e seis do Código das Sociedades Comerciais.

**Dois** - O Conselho de Administração, nos casos permitidos pela lei e com parecer favorável do Conselho Fiscal, poderá adquirir para a sociedade participações noutras sociedades já criadas ou a constituir, ou em agrupamentos complementares de empresas.

**Três** - O Conselho de Administração poderá nomear mandatários ou procuradores da sociedade para a prática de determinados actos ou categorias de actos, assim como revogar em qualquer momento esses poderes.

**Quatro** - É inteiramente vedado aos administradores fazer por conta da sociedade operações alheias ao seu fim e objecto, ou por qualquer forma obrigar a sociedade por essas operações, sob pena de imediata revogação do mandato, sem prejuízo da responsabilidade pessoal e solidária que por esses actos contraíam para com a sociedade e para com terceiros.

**Cinco** - É igualmente inteiramente vedado aos administradores negociar por conta própria com a sociedade, directa ou indirectamente, bem como exercer pessoalmente comércio ou indústria iguais ao da sociedade, salvo, neste caso, com autorização especial da Assembleia Geral.



### **Artigo Décimo Primeiro**

**Um** - A sociedade só ficará obrigada com as assinaturas, em conjunto, de dois administradores, salvo para os assuntos de mero expediente, para os quais bastará a assinatura de um deles.

**Dois** - Nos títulos representativos de acções ou obrigações emitidos pela sociedade bastará para obrigar que nos mesmos títulos conste, a chancela ou simples reprodução mecânica da assinatura de quaisquer dois administradores.

### **Artigo Décimo Segundo**

**Um** - Os membros do Conselho de Administração terão a remuneração que lhes for fixada em Assembleia Geral.

**Dois** - Os administradores com, pelo menos, quarenta anos de exercício de funções de administração, seguidos ou interpolados, terão direito, ao cessarem as suas funções, a uma pensão vitalícia de reforma por velhice ou invalidez, a cargo da sociedade, a qual corresponderá à maior remuneração percebida por um administrador efectivo

### **Artigo Décimo Terceiro**

Cada administrador caucionará o exercício do seu cargo nos termos do artigo trezentos e noventa e seis do Código das Sociedades Comerciais.

### **Artigo Décimo Quarto**

**Um** - A fiscalização da sociedade é confiada a um Conselho Fiscal e a um Revisor Oficial de Contas ou Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

**Dois** - Os membros do Conselho Fiscal e o Revisor Oficial de Contas são designados pela Assembleia Geral por mandatos de três anos, com excepção do primeiro mandato, que terá a duração de um ano, terminando no final de dois mil e sete.



4





### **Artigo Décimo Quinto**

**Um** - O Conselho Fiscal é composto por três membros efectivos e um suplente, eleitos em Assembleia Geral.

**Dois** - Se a Assembleia Geral não o designar, compete ao Conselho Fiscal designar o seu Presidente, o qual terá voto de qualidade.

**Três** - O Conselho Fiscal será composto por uma maioria de membros independentes, considerando-se como tal o membro que não esteja associado a qualquer grupo de interesses específicos na Sociedade, nem se encontre em alguma circunstância susceptível de afectar a sua isenção de análise ou decisão, nomeadamente em virtude de:

**a)** ser titular ou actuar em nome ou por conta de titulares de participação qualificada igual ou superior a dois por cento do capital social da Sociedade; ou

**b)** ter sido reeleito por mais de dois mandatos, de forma contínua ou intercalada.

**Quatro** - As deliberações do Conselho Fiscal serão tomadas por maioria dos votos dos membros presentes, tendo o Presidente voto de qualidade em caso de empate.

**Cinco** - O Conselho Fiscal reunirá ordinariamente uma vez por trimestre, e extraordinariamente sempre que o Presidente o entender conveniente ou que a sua convocação ser solicitada por qualquer um dos membros ou pelo Conselho de Administração.

**Seis** - Os membros do Conselho Fiscal terão a remuneração que for estabelecida em Assembleia Geral.

**Sete** - Os membros do Conselho Fiscal prestarão caução nos termos da lei e do que for deliberado pela Assembleia Geral que procede à respectiva eleição.

### **Artigo Décimo Sexto**

**Um** - O Revisor Oficial de Contas ou Sociedade de Revisores Oficiais de Contas é designado em Assembleia Geral, sob proposta do Conselho Fiscal

**Dois** - A remuneração do Revisor Oficial de Contas ou Sociedade de Revisores Oficiais de Contas será aprovada pela Assembleia Geral

5



**Três** – O Revisor Oficial de Contas ou a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas terá os deveres e atribuições previstos na lei.

### **Artigo Décimo Sétimo**

**Um** - A Assembleia Geral representa a universalidade dos sócios e é composta por todos os accionistas com direito de voto.

**Dois** - Tem direito a participar, discutir e votar em Assembleia Geral o accionista com direito de voto que, na data de registo, correspondente às 0 horas (GMT) do quinto dia de negociação anterior ao da realização da Assembleia (a "Data de Registo"), for titular de acções que lhe confirmam, segundo a lei os estatutos, pelo menos um voto e que cumpra as formalidades legais aplicáveis, nos termos descritos na correspondente convocatória. Tal direito não é prejudicado pela transmissão das acções depois da Data de Registo, nem depende do seu bloqueio entre aquela data e a data da Assembleia Geral.

### **Artigo Décimo Oitavo**

**Um** - A Assembleia Geral reunir-se-á em sessões ordinárias e extraordinárias.

**Dois** - A Assembleia Geral deve reunir-se em sessões ordinárias, até trinta e um de Marco de cada ano, para exercer as atribuições que lhe são conferidas pelo artigo trezentos e setenta e seis do Código das Sociedades Comerciais e demais legislação aplicável e deliberar sobre qualquer outro assunto que conste da respectiva convocação.

**Três** - A Assembleia Geral reunir-se-á em sessão extraordinária sempre que o requerem o Conselho de Administração, o Conselho Fiscal ou accionistas que representem, pelo menos, dois por cento do capital social.

### **Artigo Décimo Nono**

A Assembleia Geral será convocada, nos termos da lei, pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral, nos quinze dias seguintes à recepção do requerimento, devendo reunir antes de decorridos quarenta e cinco dias a contar da publicação da convocatória.





## Artigo Vigésimo

**Um** - As deliberações serão tomadas por maioria absoluta de votos dos accionistas presentes ou devidamente representados na Assembleia Geral, quando a lei ou os estatutos não exigirem maior percentagem.

**Dois** - A cada cem acções corresponderá um voto, podendo agrupar-se os accionistas que detenham menor número de acções para exercerem os seus direitos sociais.

**Três** - É admitido voto por correspondência, devendo observar-se o seguinte:

**a)** O voto por correspondência deve ser exercido através do envio de carta registada com aviso de recepção dirigida ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, e endereçada para a sede da sociedade, contendo um subscrito fechado por cada ponto da Ordem de Trabalhos sobre o qual o accionista pretende votar.

**b)** A carta referida na alínea anterior deve ser recebida até ao terceiro dia útil anterior à data de realização da reunião.

**c)** Cada subscrito deverá referir (i) tratar-se de um voto por correspondência, (ii) identificar a reunião da Assembleia Geral, e (iii) identificar o ponto da Ordem de Trabalhos a que se refere; dentro de cada subscrito deve o accionista declarar de forma expressa o seu sentido de voto, nomeadamente tomando posição relativamente a quaisquer propostas antecipadamente apresentadas à Assembleia Geral, devendo também indicar se o mesmo se mantém caso aquelas sejam alteradas pelo respectivo proponente.

**d)** Os votos emitidos por correspondência valerão como votos negativos em relação a propostas de deliberação apresentadas ulteriormente à emissão do voto.

**e)** A declaração de voto por correspondência deverá ser assinada, com assinatura reconhecida ou, no caso de pessoas singulares, com assinatura simples acompanhada de fotocópia do respectivo bilhete de identidade.



**f)** Caberá ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral organizar a votação por correspondência e, em especial:

**i)** Abrir os subscritos contendo os votos;

**ii)** Verificar a qualidade de accionista e o número de votos em causa;

**iii)** Verificar a autenticidade dos votos;

**iv)** Assegurar a confidencialidade dos votos até ao momento do início da votação da Ordem de Trabalhos.

### **Artigo Vigésimo Primeiro**

**Um** - Os accionistas podem fazer-se representar nas reuniões da Assembleia Geral por qualquer pessoa com capacidade jurídica plena.

**Dois** - Como instrumento de representação voluntária basta simples carta, com assinatura do accionista representado, da qual conste o nome e o domicílio do representante, a identificação da reunião da Assembleia Geral e os assuntos para que o mandato é conferido.

**Três** - Sem prejuízo da unidade de voto consagrada no artigo 385º do Código das Sociedades Comerciais, qualquer accionista pode nomear diferentes representantes relativamente às acções que detiver em diferentes contas de valores mobiliários.

### **Artigo Vigésimo Segundo**

As cartas de mandato a que se refere o artigo anterior ou quaisquer outros elementos de representação deverão ser dirigidos ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral e recebidos na sede até três dias antes da realização da Assembleia Geral.

 8





### **Artigo Vigésimo Terceiro**

**Um** - A Assembleia Geral elegerá uma Mesa da Assembleia Geral, a qual será constituída por um Presidente, um Vice-Presidente e um Secretário.

**Dois** - Os membros da Mesa da Assembleia Geral serão independentes, considerando-se como tal o membro que não esteja associado a qualquer grupo de interesses específicos na Sociedade, nem se encontre em alguma circunstância susceptível de afectar a sua isenção de análise ou decisão, nomeadamente em virtude de:

- a)** ser titular ou actuar em nome ou por conta de titulares de participação qualificada igual ou superior a dois por cento do capital social da Sociedade; ou
- b)** ter sido reeleito por mais de dois mandatos, de forma contínua ou intercalada.

### **Artigo Vigésimo Quarto**

**Um** – O Conselho de Administração poderá designar um Secretário da Sociedade e um suplente, os quais terão as competências previstas na lei.

**Dois** – O Secretário da Sociedade e o Secretário Suplente serão designados por período coincidente com o mandato do Conselho de Administração.

### **Artigo Vigésimo Quinto**

As Assembleias Gerais convocadas para a modificação do estatuto social ou dissolução da sociedade só poderão validamente funcionar com a representação de, pelo menos, um terço do capital social, devendo as respectivas deliberações ser tomadas por accionistas que representem, no mínimo, setenta e cinco por cento do capital subscrito pelos accionistas presentes ou devidamente representados na Assembleia Geral.

 9



### **Artigo Vigésimo Sexto**

Os membros dos corpos directivos da sociedade devem manter-se no exercício das suas funções enquanto não tomarem posse os eleitos para o novo mandato.

### **Artigo Vigésimo Sétimo**

No caso de qualquer sociedade accionista ser eleita para os corpos directivos, a sua representação no exercício do seu cargo caberá a pessoa que ela indicar.

### **Artigo Vigésimo Oitavo**

**Um** - Nas Assembleias Gerais, as pessoas colectivas e os incapazes são representados pela pessoa a quem a sua representação legalmente incumba.

**Dois** - Os representantes das pessoas colectivas e dos incapazes, bem como um dos cônjuges em representação do outro, deverão apresentar na sede social, com três dias, pelo menos, de antecipação do marcado para a reunião, documento justificativo da sua qualidade, se este não constar das acções ou de outro título já arquivado na sociedade

### **Artigo Vigésimo Nono**

Compete ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral pronunciar-se sobre a admissibilidade, oportunidade e validade dos títulos de representação a que se refere o presente estatuto.

### **Artigo Trigésimo**

**Um** - As deliberações de todos os corpos directivos devem constar as actas devidamente assinadas pelos presentes e só por tal forma poderão ser provadas.

**Dois** - Nas actas da Assembleia Geral é suficiente a assinatura dos membros da Mesa presentes à reunião.





### **Artigo Trigésimo Primeiro**

Sem prejuízo do disposto no número Dois do Artigo Décimo Quarto, o mandato dos membros dos órgãos sociais terá a duração de três anos, sendo admissível a reeleição por uma ou mais vezes.

### **Artigo Trigésimo Segundo**

O ano social corresponderá ao ano civil.

### **Artigo Trigésimo Terceiro**

Os lucros líquidos anuais estabelecidos no balanço e contas, devidamente aprovados em Assembleia Geral, terão a aplicação seguinte, depois de feitas as amortizações, provisões ou depreciações que o Conselho de Administração entender convenientes:

**Um** - Um mínimo de cinco por cento para o fundo de reserva legal, até este atingir vinte por cento do capital social e sempre que seja necessário reintegrá-lo;

**Dois** - A percentagem que a Assembleia Geral deliberar para a constituição dos fundos especiais ou para qualquer outra finalidade que a mesma Assembleia Geral delibere;


**Três** - O restante para dividendos.

### **Artigo Trigésimo Quarto**

As aplicações especiais de lucro, a retirar antes dos dividendos, constarão de propostas devidamente fundamentadas.

### **Artigo Trigésimo Quinto**

A sociedade dissolver-se-á nos casos legais e, quando por acordo dos sócios, nos termos do artigo vigésimo quinto do presente estatuto.



11



### **Artigo Trigésimo Sexto**

Salvo deliberação da Assembleia Geral, a liquidação far-se-á extrajudicialmente, competindo aos membros do Conselho de Administração em exercício as funções de liquidatários, sendo-lhes atribuídos os poderes definidos no artigo cento e cinquenta e dois do Código das Sociedades Comerciais.

Lisboa, 31 de Maio de 2011